

DE CASA DE FAMÍLIA A CASA-MUSEU: 'BIOGRAFIA' DO EDIFÍCIO

De 1896 a 1943 - O edifício antes de Medeiros e Almeida

1

O edifício nº6 da rua Mouzinho da Silveira, que viria mais tarde a ser adquirido por AMA, foi edificado em 1896 integrando-se numa zona de Lisboa que estava em franca expansão sob a alçada do plano de alargamento da cidade para norte, gizado pelo Engenheiro-Chefe da Câmara Municipal de Lisboa, Frederico Ressano Garcia (1847-1911), que implicou a construção de quarteirões residenciais a bordejar o eixo que constituía a recém-inaugurada Avenida da Liberdade (1886).

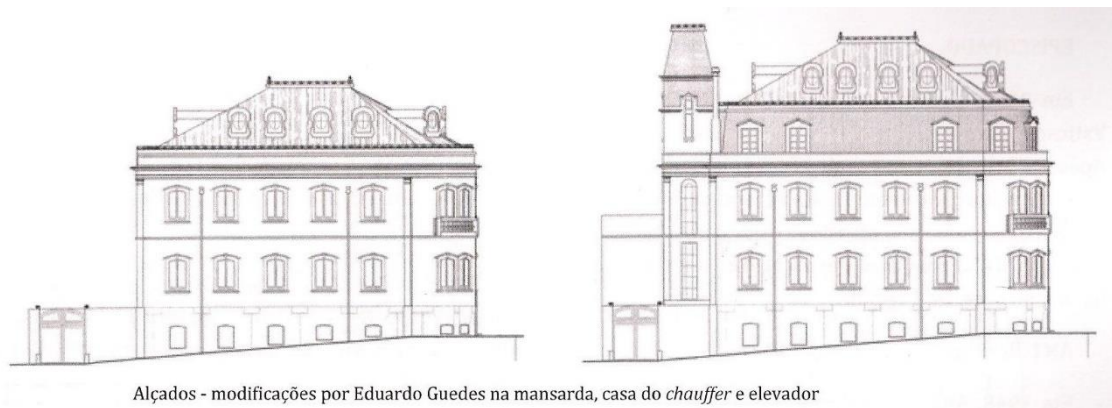
Do lado esquerdo da Avenida da Liberdade abrem-se ruas como a Barata Salgueiro, a Alexandre Herculano, a Rosa Araújo (toponímia que homenageia o então Presidente da CML) e a rua Mouzinho da Silveira sendo que no gaveto destas duas últimas - com entrada pela Rua Mouzinho da Silveira nº 6 -, se vai erguer (após autorização emitida pela CML em Abril de 1896), um palacete a mando de um advogado lisboeta Augusto Victor dos Santos¹, cuja obra, de quem se desconhece o risco, ficou a cargo do construtor Manuel Correia Júnior. O palacete constituído por quatro pisos - cave, rés-do-chão, 1º andar e sótão em mansarda - e generosa área de jardim, construído ao estilo parisiense oitocentista, integra-se na traça arquitetónica envolvente, predominantemente de estilo eclético, gosto vigente entre a burguesia de finais do século XIX e início do XX que marcou esta zona da cidade de então. O terreno tem uma implantação de 1066m². A área bruta da construção elevava-se então, sensivelmente a cerca de 1750m².

Em 1921 a moradia é vendida a Eduardo Guedes de Sousa que um ano mais tarde obtém licença camarária (processo nº?) para efetuar importantes alterações projetadas pelo arquiteto Carlos Rebelo de Andrade (1887-1971). Rebelo de Andrade constrói sobre o pátio do jardim, a este da casa, um anexo com garagem (com entrada pela Rua Rosa Araújo), sobre a qual se ergueu um piso superior composto por uma casa para o motorista, uma estufa envidraçada e um lavadouro com entrada pelo jardim (hoje desaparecidos).

¹ “Augusto Vítor dos Santos, bacharel em direito, foi nomeado juiz presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Lisboa em 1898, sendo suspenso o funcionamento da instituição devido às implicações fiscais da nova legislação relativa ao selo de 1899. Voltou a presidir ao Tribunal entre os inícios do ano de 1904 e 31 de Dezembro de 1910.” in: *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)* - Tese de doutoramento de David Oliveira Ricardo Pereira (RUN UNL 2012), consultada em 26 outubro 2014 - <http://run.unl.pt/handle/10362/8421>

No ano seguinte (1923 – processo de obra nº 8970, de 19 junho), para além de intervenções no interior no sentido de melhorar a vivência quotidiana como a instalação de aquecimento central (citando o referido processo: “...*convenientemente montada por uma casa técnica...*”), aumenta-se o espaço habitável com a reforma/ampliação do andar de mansarda existente e a criação de um sótão em esconso (de área mais reduzida que a mansarda, forrado a chapas de zinco moldadas e semeado de janelas), criando como uma nova mansarda com dois pisos dedicados à instalação do pessoal e a arrumações e acrescenta-se um elevador para serviço aos diversos pisos anteriormente acedidos por uma escada de ferro. As coberturas do telhado da torre do elevador e do primeiro andar de mansarda são feitas com ‘telhas’ de ardósia, bem ao estilo dos edifícios parisienses coevos.

Em fevereiro de 1924 novo projeto de alterações (ao projeto de alterações anterior) é submetido e aprovado pela CML (requerimento nº1627/924) para construção de uma torre para o elevador cuja: “...*caixa da escada será em ferro e cimento encimado por uma cobertura em tudo semelhante á da mansarda devendo a escada ser de madeira...*”². Das alterações constam ainda uma nova divisão de quartos, o alargamento da capela (que existia na mansarda) e a transformação de um quarto em *atelier* pelo rasgamento de um grande janelão, ainda existente.



Alçados - modificações por Eduardo Guedes na mansarda, casa do *chauffeur* e elevador

Em Outubro de 1929 o palacete é comprado pelo Estado do Vaticano, para aí instalar a sede da Nunciatura Apostólica em Portugal, sendo Monsenhor João Breda Cardinale o Nuncio Apostólico (entre 1928-1933). A Nunciatura, ao abrigo dos direitos de “*extraterritorialidade*”, comunica (não necessitando de submeter um pedido) à CML em Outubro de 1929 (nº3451/929), que “...*vae fazer diversos trabalhos de reparação interiores para instalação dos seus serviços*”³, desses trabalhos, realizados pelo

² Espólio documental - Arquivo FMA

³ Espólio documental - Arquivo FMA

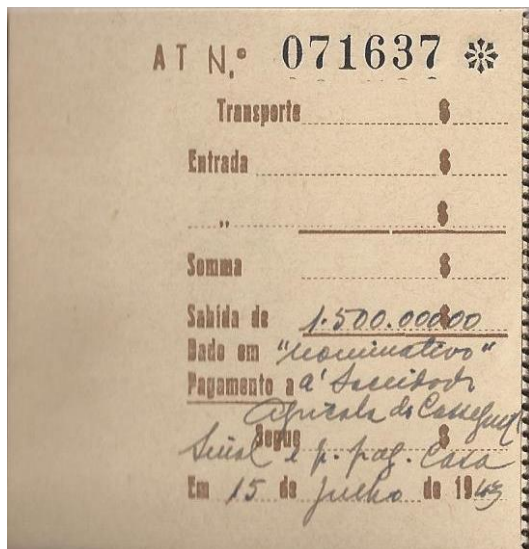
construtor José Joaquim dos Santos, não há registo devido à isenção que assistia ao estatuto de extraterritorialidade da embaixada da Santa Sé em Lisboa, entendida como qualquer outra embaixada de um país estrangeiro.

De 1942 a 1943

Em Julho de 1942 a moradia é vendida pelo Núncio Apostólico (1934 a 1953) Monsenhor Pedro Ciriaci (1885-1966), Arcebispo de Tarso, à Sociedade Agrícola do Cassequel⁴ por um milhão quinhentos e cinquenta mil escudos⁵. A Nunciatura mantém-se na casa até agosto de 1943 – devido às obras do edifício da Avenida Luís Bivar ainda não estarem concluídas - até à venda a Medeiros e Almeida em 1943.

De 1943 a 1946 – Primeiras remodelações

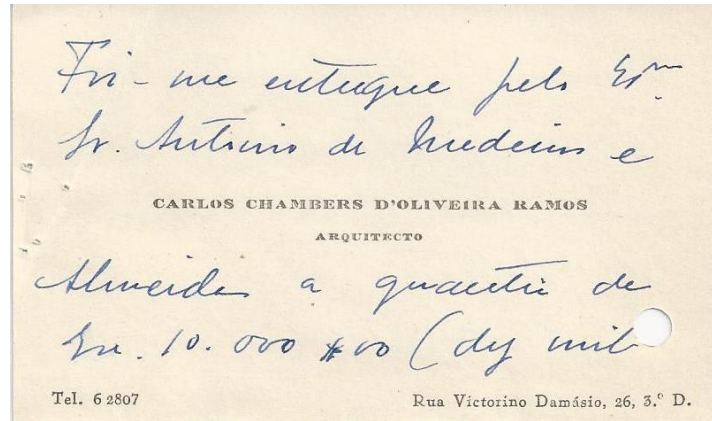
Por escritura de 22 de dezembro de 1943 o casal Medeiros e Almeida (a viver até então na Rua do Salitre nº134) compra à Sociedade Agrícola do Cassequel, pela quantia de 1.670.000\$00 (um milhão seiscentos e setenta mil escudos), o edifício número 6, da rua Mouzinho da Silveira, já que o palacete se situava perto da casa dos pais de AMA, o nº 12 da mesma rua.



⁴ A Sociedade Agrícola do Cassequel estava sediada em Benguela, Angola e tinha escritórios na rua do Carmo em Lisboa. Foi fundada em 1913 por José Maria do Espírito Santo Silva e dedicava-se à cultura de algodão e fabrico de açúcar.

⁵ AMA compra ainda alguns bens móveis que se encontravam no prédio por 671.000\$00.

Medeiros e Almeida contrata o arquiteto Carlos Ramos⁶ (1897-1969) para efetuar as remodelações e beneficiações necessárias à instalação definitiva do casal, que se verificará em 1946.



Em 1944 é apresentado por (assinatura ilegível) o caderno de encargos que prometia a conclusão da obra até outubro de 1944.

Na memória “descritiva e justificativa” do projeto de Carlos Ramos (processo nº4120/945), datado de 1945, previa-se: “...a substituição de todos os revestimentos de paredes e tetos (...) quasi todas as divisórias interiores, construídas em madeira, serão substituídas por paredes a uma e a meia vez de tejo (...). Toda a instalação de energia eléctrica, redes de esgotos, distribuição de águas quentes e frias serão executadas de novo...”, deste documento constam ainda a abertura dos vãos, no andar nobre, de quatro salas em ‘enfilade’, criando um grande salão, servido por três janelas/portas de acesso ao jardim, ideal para reuniões de família e amigos, a remodelação da escadaria nobre que se construiu com três lanços, em madeira de sicupira com balaustrada (substituindo os dois lanços antigos e o gradeamento em ferro) e a instalação de três casas de banho no primeiro andar de serviço aos dois quartos de dormir.

Nesta época realizou-se ainda a remodelação do oratório privado que ocupava, no 1º andar, duas divisões e um pequeno espaço que servia de sacristia, e que viria a ser inaugurado em 23 de junho de 1946, numa cerimónia que contou com a presença do Cardeal Manuel Cerejeira, devidamente registada pelo fotógrafo Mário Novais (Av. da Liberdade, 105-1º, Lisboa).

⁶ Carlos João Chambel Ramos, arquiteto, urbanista e docente é um dos pioneiros da arquitetura modernista portuguesa.

⁷ Arquivo documental FMA



O privilégio de ter uma capela privada foi concedido pela Chancelaria do Patriarcado de Lisboa e pressupunha, entre outras, a obrigação de: *“Celebrar-se no Dito Oratório o Santo Sacrifício da Missa ao menos uma vez cada semana (...).”*⁸

A casa foi ainda dotada de todas as comodidades possíveis à época como uma completa zona de serviço no piso térreo (cave) que incluía instalações para o pessoal (um chefe, uma ajudante de cozinha, dois criados de mesa e duas criadas de quarto), uma moderna cozinha com móveis de inox, uma câmara frigorífica, uma despensa, arrecadações, um elevador monta-pratos que servia a casa de jantar (situada no rés-do-chão) e o andar dos quartos, um sistema elétrico de chamada dos empregados com painéis luminosos, uma área de engomados e ainda uma divisão adaptada a cofre-forte. No andar dos quartos de dormir, uma divisão foi inteiramente forrada com roupeiros de 3 metros de altura, criando-se como um *‘closet’*, num conceito avançado para a época, as duas casas de banho do casal foram totalmente revestidas a mármore

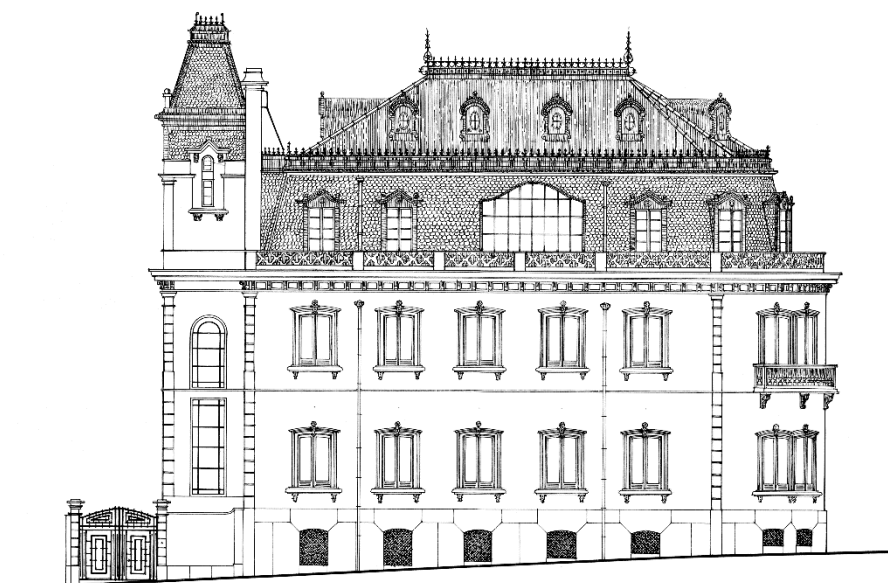
⁸ Certidão constante no Arquivo FMA

tendo sido criado um cubículo separado para a sanita e foram equipadas com toalheiros quentes e radiadores e criou-se uma pequena copa com acesso ao elevador monta-pratos para serviço aos quartos, que possuía ainda uma tábua de engomar encastrada na parede para eventuais necessidades. A estrutura não foi descurada tendo-se reforçado diversas divisões com recurso ao uso de betão armado e à colocação de vigas horizontais onde se mostrou necessário.

A nível da decoração arquitetónica também se identificam as intervenções do arquiteto CR tais como a colocação de elaborados *parquets* no andar nobre, o desenho da lareira do salão (em mármore verde de Viana), e o arranjo da escadaria nobre, com colunas no mesmo mármore e a do vestíbulo de entrada em mármore ao gosto maneirista, o rasgamento do grande janelão junto à escadaria.

Enquanto decorrem as obras, o casal que já tinha deixado a anterior morada, muda-se para o Hotel Aviz (1944-1946), coincidindo com a estadia de Calouste Sarkis Gulbenkian. Não há porém qualquer registo de convivência entre o casal e o colecionador arménio que ali habitou de 1942, até à sua morte em 1955.

Aquando da mudança, o casal MA foi habitar uma moderna vivenda com garagem e jardim com área construída de cerca 1700 m², dotada de todos os confortos possíveis à época, que contava com uma área na cave totalmente equipada para o serviço da casa, no andar nobre – acessível a partir da rua Mouzinho da Silveira por um pequeno vestíbulo - com um grande salão, um escritório/biblioteca, a casa de jantar e copa e uma pequena casa de banho de visitas divididos por um amplo corredor central. Os apartamentos privados do primeiro andar – que seguem o mesmo tipo de distribuição axial - eram compostos pelo oratório, um quarto de roupeiros, uma suíte de hóspedes com casa de banho incluída, uma salinha íntima e o quarto de casal era servido por um quarto de vestir e duas casas de banho. Os dois andares de mansarda, acessíveis pelo torreão, eram dedicados ao alojamento do pessoal interno e à arrumação.



Entre 1953 e 1967 existem diversos pedidos de alterações submetidos à CML no entanto as características gerais do edifício – internas e externas – mantêm-se praticamente tal como projetadas em 1945 por Carlos Ramos.

Com a mudança em 1946, o casal MA dá então início à decoração propriamente dita da casa, trazendo diversos objetos, entre os previamente adquiridos para as anteriores moradas e os herdados do pai de AMA então já falecido. O programa decorativo da habitação vai ser influenciado pela capacidade financeira de AMA que o leva a poder comprar em leilões e antiquários tanto nacionais como europeus e pelo gosto vigente à época de pendor francês.

De 1968 a 1970 – A ala nova

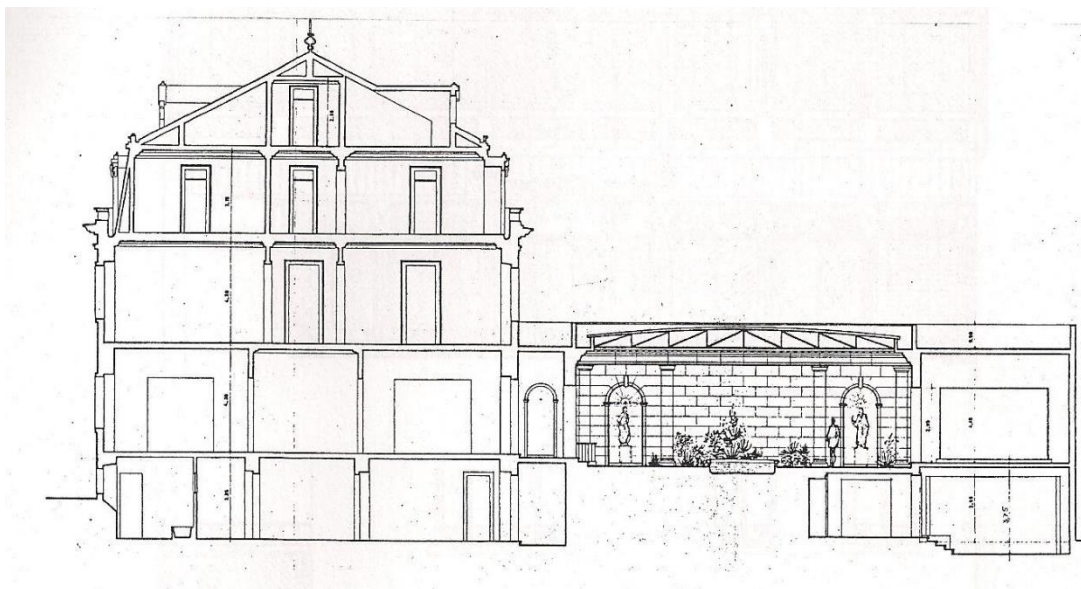
Em 1968 AMA começa a implementar o projeto de criação de uma instituição museológica, contratando o arquiteto Alberto Cruz (1920-1990)⁹ - provavelmente devido à sua ligação com o Museu do Caramulo do qual AMA era Presidente do Conselho de Administração -, para transformar a sua residência em casa-museu. No sentido de expor toda a sua coleção no mesmo espaço, e sabendo que a coleção

⁹ Alberto Manuel Barbosa Pereira da Cruz, arquiteto, foi funcionário da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) até 1987, projetou, entre outros, o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos para a Cidade Universitária (não construído), o Museu do Caramulo e o Hotel Alvor no Algarve. SILVA, 2012, pp.24-27 AMA esteve envolvido nestes dois últimos projetos.

continuar a crescer, tornou-se pertinente uma solução que previsse mais espaço expositivo. AMA solucionou a questão mandando construir uma nova ala sobre a totalidade do jardim de sua casa que ocupava 504m². Na linha da dedicação e rigor que punha em tudo o que fazia, foi o próprio AMA que presidiu à orientação de todos os detalhes do projeto de arquitetura, pensado a partir do estudo de outras instituições similares.

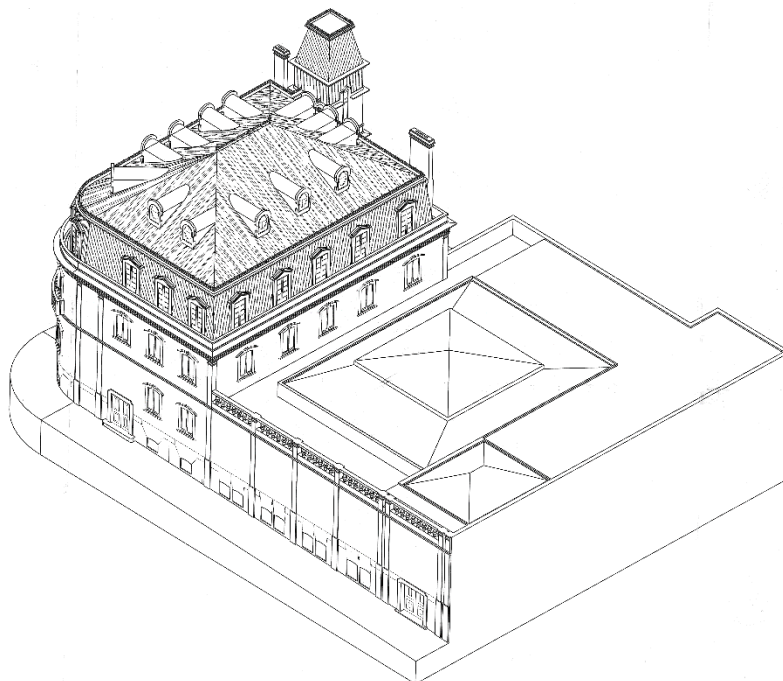
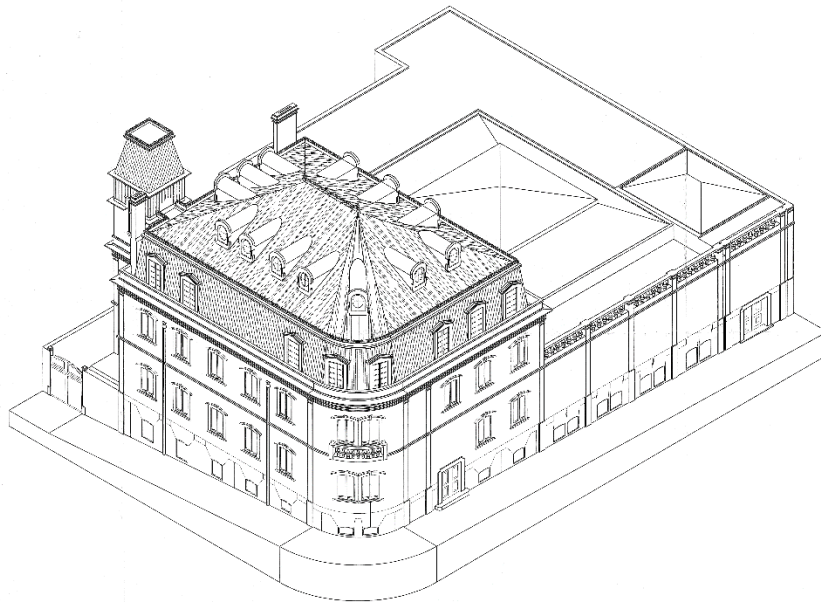
O projeto de alterações fica pronto em Abril de 1968. A nova ala, composta por dois pisos, adossou-se à casa em toda a extensão do alçado sul, eliminou o piso superior do anexo (mantendo a garagem) e criou um novo número de polícia, o nº4 da Mouzinho da Silveira (a entrada para o antigo jardim), que dava entrada diretamente para o novo complexo e que AMA previu como sendo o acesso do público à casa-museu, tendo ali encenado uma entrada palaciana com vestíbulo em mármore e lanço de escadas para o patamar superior.

Do projeto de Alberto Cruz que previa uma área total de 942,10m² de implantação, destaca-se a idealização de um espaço de 'jardim de inverno' coberto, a funcionar como memória do jardim da residência, mas que não veio a ser construído tal como projetado.



Com esta ampliação, a futura instituição aumentou quase para o dobro a sua área, tendo ficado marcada pela existência de dois espaços distintos de exposição, para além das áreas de serviço e reservas: a zona habitada pela família constituída por onze divisões (rés-do-chão e primeiro andar) e a ala nova que se constitui por doze novas salas, distribuídas pela cave e rés-do-chão, acessíveis à ala pré-existente por um largo vão aberto ao nível da cave e por duas passagens distintas no rés-do-chão.

Como já referido, para possibilitar os trabalhos e pensando na conservação das peças que escolheu para figurarem na casa-museu, AMA e a esposa mudam-se em 1970 para uma moradia vizinha cujas obras de remodelação ficaram a cargo de Carlos Ramos. Ficaram para trás 24 anos de ocupação.



De 1971 a 1974 – Conclusão da obra, a museografia

A obra da casa-museu só será concluída em 1974 pelo arquiteto José Sommer Ribeiro (1924-2006) que se encarrega ainda do projeto de museografia da Casa-Museu, já que era o diretor do Serviço de Exposições e Museografia da Fundação Calouste Gulbenkian.

Entre 1971 e 1974 o arquiteto desenha os pormenores dos mármore e cantarias – a realizar em mármore de Estremoz, de Portalegre e em lios, dos pavimentos da ala nova: capela e ante capela, átrio, galeria nova, galeria de cima, sala do lago, galeria de baixo, sala dos relógios e sala das porcelanas, bem como os demais elementos em mármore (colunas, plintos...), cuja obra entrega a José Henrique dos Santos Torres de Lisboa. São ainda de desenho de Sommer Ribeiro as diversas vitrinas de exposição de peças da capela, ante capela, sala do lago, sala dos relógios e salas das porcelanas, na maioria em perfil metálico.

Concluída a obra, em 1975, AMA encomenda ao Engenheiro civil Carlos Maria Granate um estudo de avaliação das suas propriedades que apresenta os seguintes valores: Rua Mouzinho da Silveira nº4 – 14.500.000\$ escudos, Rua Mouzinho da Silveira nº6 – 20.700.000\$, Rua Rosa Araújo 37-39 – 15.000.000\$ e Rua Barata Salgueiro (terreno a construir) – 40.000.000\$.

Quando Medeiros e Almeida morre em 1986, o projeto de instalação da Casa-Museu estava concluído. Tudo se tinha realizado conforme os seus desejos.

1981-1989

Em Março de 1981, o arquiteto João de Almeida, sobrinho de AMA, submete ao tio um projeto de alterações que visa: *“...estabelecer ligação entre os logradouros de dois edifícios contíguos pertencentes à Fundação Medeiros e Almeida, localizados na Rua Rosa Araújo, 37-39 e o segundo no nº 41 da mesma rua (...), a ligação far-se-á pela abertura de um vão no muro divisório que separa os dois pátios...”*. Com esta alteração pretendia-se criar uma área de restauração de serviço ao futuro museu que não se veio a concretizar.

Em 1989 o gabinete ARQUI III apresentou ainda um estudo prévio para a instalação do ‘self-service’ situado nos pátios das duas moradias. A obra também não prosseguiu.

De 1973 a 1992 - O 'Edifício Fundação'

Em 1972 AMA adquire o terreno anexo à sua casa, tornejando da Rua Mouzinho da Silveira para a Rua Barata Salgueiro com a ideia de mandar construir um edifício para obter meios de financiamento para o seu projeto de constituição de uma casa-museu.

Em Junho de 1973, o arquiteto Frederico George (1915-1994) apresentou a AMA um projeto de um edifício de 12 pisos para o terreno da Rua Barata Salgueiro que não se virá a concretizar.

Em Novembro de 1973, AMA solicita ao arquiteto Artur Gabriel da Cunha Lamas um projeto de arquitetura para o terreno da rua Barata Salgueiro que não se vem a realizar.

Em Março de 1974, o arquiteto Carlos Ramos (1897-1969) apresenta a AMA um anteprojecto para o edifício da rua Barata Salgueiro, nº30 que não se virá a realizar.

Será somente em 1992 que se vão cumprir as disposições testamentárias de AMA, concluindo-se a construção do 'Edifício Fundação'. A obra esteve a cargo do gabinete de arquitetura ARQUI III, pela mão dos arquitetos João de Almeida e António da Costa Cabral (seu sobrinho), do engenheiro João Abrantes e da construtora Teixeira Duarte, S.A. Ao invés do edifício da Casa-Museu, esta construção de nove pisos e cinco andares subterrâneos de garagem pauta-se pela linguagem moderna, numa arquitetura de linhas geométricas e recurso ao vidro espelhado.

Com este projeto, AMA visava dotar de fundos a FMA, de modo a garantir o futuro funcionamento da Casa-Museu e a salvaguarda do acervo artístico que iria legar ao país. Conhecedor como era da realidade dos museus nacionais e estrangeiros, que dificilmente se autofinanciam, AMA teve a preocupação de criar meios autónomos de financiamento, ordenando a construção de um edifício de escritórios e estabelecimentos comerciais, cujo arrendamento reverteria inteiramente a favor da FMA.

De 1998 a 2001 - Nova campanha de obras, projeto de adaptação à modernidade

Apesar de em 1990 se terem feito algumas *démarches* para uma remodelação na casa-museu, com vista à abertura ao público, estas não foram bem-sucedidas.

Em 1998, altura em que finalmente se arranca com o projeto definitivo de abertura ao público, verificou-se a necessidade de proceder a algumas alterações, ligadas à nova

realidade, já que se estava às portas do século XXI e a noção de instituição museológica tinha sofrido grandes alterações no entretanto. Desta feita, o projeto foi entregue aos arquitetos João de Almeida (1927), sobrinho direto de AMA, Pedro Ferreira Pinto (1938) e António da Costa Cabral (1950) do gabinete de arquitetura ARQUI III sendo data de março de 1998 o projeto de alterações.

Se bem que as primeiras plantas ainda projetavam a entrada do público pelo pequeno vestíbulo Rua Mouzinho da Silveira nº4, tal como pensado por AMA, os arquitetos depressa verificaram que este acesso se tinha tornado obsoleto pelas pequenas dimensões, pela falta de equipamentos de acolhimento ao público e, principalmente, para evitar o acesso direto do público à zona de exposição permanente (devido a razões ligadas à conservação preventiva), pelo que foi necessário pensar uma nova zona de acesso à casa-museu. Observando a planta do edifício, tornou-se óbvio que existia um espaço de excelência até então algo desaproveitado; a cave.

Trabalhando a partir deste espaço, imediatamente ficou clara a necessidade de mudar a entrada da casa-museu para a Rua Rosa Araújo (nº41), aproveitando o pequeno pátio de acesso à garagem. Abrindo uns quantos vãos, derrubando paredes e alargando divisões, os arquitetos criaram na antiga zona de serviço, uma ampla área de receção ao público, dotada de diversas valências: bilheteira, bengaleiro, loja, cafetaria e instalações sanitárias, e ainda uma zona de acesso aos escritórios do pessoal técnico, uma área privada com sala de segurança e vestiários para a guardaria, bem como um novo espaço de exposições temporárias. Este espaço ocupou a antiga garagem sendo que se liga, através de um amplo vão, a uma outra sala criada no projeto de 1968/70, aumentando a área de exposições temporárias.

Após tentativas falhadas de criar uma área de restauração ligando o pátio da Rua Rosa Araújo 41 com o pátio da moradia vizinha (propriedade da Fundação), no número 39, o gabinete optou por criar um espaço mais simples de cafetaria que veio ocupar a antiga cozinha da casa, da qual se aproveitaram a chaminé, a mesa de pedra e alguns móveis em inox. Para a sala de refeições foi criada uma estrutura amovível coberta por uma tenda que ocupa parte do átrio de entrada junto ao alçado da antiga garagem (virado a sul).

De grande importância foram ainda a implementação dos projetos de conservação preventiva – de autoria do Engenheiro Elias Casanovas -, e de luminotecnia – a cargo do Engenheiro Vítor Vajão -, que atualizaram a Casa-Museu no que diz respeito aos ditames mais modernos nestas áreas. As questões ligadas à segurança também não foram descuradas, tendo o anterior sistema sido modernizado tendo a instituição sido equipada com um sistema de alarmes e de vigilância interna com recurso à colocação

de câmaras em diversas salas do percurso museológico, controlada a partir de uma central operada pela guardaria e ligada à Polícia de Segurança Pública e aos Bombeiros.

Para além das intervenções de fundo, foram feitas revisões às redes elétrica e de águas, às coberturas e às pinturas exterior e interiores.

Neste projeto, a Arqui III optou por introduzir uma linguagem de cariz moderno na zona intervencionada da cave que contrasta pelas suas linhas simples e depuradas com a linguagem barroca – enquanto ostentosa -, do espólio patente no interior da Casa-Museu. Após as obras, a Casa-Museu passou a contar com uma área bruta de 2760m², sendo a área de exposição permanente de cerca 1774m². A obra esteve a cargo da empresa COUTINHO E COUTINHO, Lda. que ganhou o concurso lançado pela Fundação.

Serão só passados 15 anos após a morte de AMA, e 27 anos após a conclusão das obras do projeto da casa-museu enquanto encomendado por AMA (1974), que a instituição viria a ser aberta ao público, em 1 de Junho de 2001, cumprindo os desígnios de António de Medeiros e Almeida.

Maria de Lima Mayer

Casa-Museu Medeiros e Almeida

Fases de intervenções no edifício:

Proprietário: Augusto Victor dos Santos

1896: Construção – Manuel Correia Júnior

Proprietário: Eduardo Guedes de Sousa

1922: Ampliação: construção do anexo – Arq. Carlos Rebelo de Andrade

1924: Ampliação: construção de um sótão, remodelação da mansarda e torre do elevador – Arq. Carlos Rebelo de Andrade

Proprietário: Nunciatura Apostólica

1927: Projeto de remodelações – Construtor José Joaquim dos Santos

1942: Proprietário: Sociedade Agrícola do Cassequel, Angola (Banco Espírito Santo)

1943: Proprietário: António de Medeiros e Almeida

1943/1946: Remodelação geral interior - Arq. Carlos Ramos

1968/1970: Ampliação sobre o jardim. Adaptação a casa-museu – Arq. Alberto Cruz

1970/1974: Museografia. Conclusão da obra - Arq. José Sommer Ribeiro

Proprietário: Fundação Medeiros e Almeida

1998/2001: Remodelação da cave/entrada Casa-Museu – Arqui III; Arq. João de Almeida / Arq. Pedro Ferreira Pinto Arq. António da Costa Cabral /